

# Heranças e Perspectivas de Desenvolvimento da Agricultura Brasileira

*Guilherme Costa Delgado*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto se insere no contexto da Mesa inaugural do VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, da UNIARA – Araraquara, no final do mês de julho de 2016. Dado o tema do evento – “Qual a Sociedade e a Agricultura que Queremos” – optei por abordar a provocação temática em dois momentos de conhecimento: 1) uma abordagem síntese sobre a economia política hegemônica da agricultura do agronegócio; 2) Uma visão prospectiva de uma agricultura do futuro, calcada em bases técnicas e socioculturais completamente distintas, visto que teria que mudar substancialmente seu foco de inovações, rumo a chamada economia ecológica.

**Palavras-Chave:** Agricultura do agronegócio; Inovações; Economia ecológica.

**Abstract:** This text is inserted in the context of the inaugural bureau of the VII Symposium on Agrarian Reform and Rural Settlements, in Araraquara (Brazil), at the end of July 2016. Given the theme of the event - “What Society and Agriculture do We Want” - i chose to approach the thematic provocation in two moments of knowledge: 1) a synthesis approach on the hegemonic political economy of agribusiness; 2) A prospective vision of an agriculture of the future, based on completely different technical and sociocultural bases, since it would have to change substantially its focus of innovations towards the so-called ecological economy.

**Keywords:** Agribusiness agriculture; Innovations; Ecological economics

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Econômica - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.

## Introdução

Esse texto reflete uma palestra não escrita e ao mesmo tempo vai além da mesma. Percorre o caminho da dupla abordagem entre a posição hegemônica do agronegócio na economia brasileira e as possibilidades da agricultura familiar como uma perspectiva diferente de futuro. Conclui que a herança ora dominante é insustentável em médio prazo e que as inovações no rumo da economia ecológica, da qual os assentamentos da reforma agrária podem ser protagonistas, são uma conjectura com muita força utópica, e enormes bloqueios no presente. Mas que têm condições de viabilidade, principalmente nos domínios de um “programa bio-econômico mínimo”, de produção da energia limpa e do alimento saudável.

## Reestruturação da Economia do Agronegócio nos Anos 2000 e seus Limites Atuais

Crises cambiais graves são de certas formas parceiras de reestruturações econômicas, que de alguma maneira desestruturam primeiramente o sistema econômico numa dada conjuntura, mas vão abrindo condições a um novo ciclo de crescimento. No período histórico do Pós-Guerra podemos verificar três crises cambiais graves, que funcionaram como preâmbulo à mudança dos ciclos de crescimento ou mesmo ao conceito de estratégia de economia política, que aqui utilizamos: a) 1961/63 para desfecho do ciclo cafeeiro do pós-guerra; b) 1981/84 para desarticulação da modernização conservadora da Era Militar e c) 1998/99 para encerramento do projeto do estado mínimo no campo agrícola.

O período histórico que se abre na virada do século e do milênio é na verdade de reestruturação, que pressupõe uma estrutura pré-existente, desarticulada, mas não inativa. As cadeias agroindustriais, o mercado de terras e a política econômica e financeira do Estado se rearticulam, tendo as exportações primárias por pólo de atração.

O estado de necessidade criado pela crise cambial do final do primeiro governo FHC, força-o no segundo mandato a fazer outra política econômica. Esta será direcionada a reestruturar o estilo de modernização técnica, sem reforma social, da época dos militares, com várias semelhanças à estratégia da “modernização conservadora”, mas também com diferenças importantes

que precisamos considerar.

A primeira diferença significativa é relativa ao pólo de demanda externa, que agora é muito mais relevante como configurador da estratégia de comércio exterior do Brasil, ora demarcada por forte especialização em produtos primários<sup>2</sup>. Observe-se que a “modernização conservadora” do período militar estava muito mais ligada ao processo de crescimento industrial e urbano, com forte destaque ao mercado interno, enquanto a nova economia do agronegócio já se reestruturou com especialização externa. Do final dos anos 90 até 2010 as exportações brasileiras quadruplicaram: pularam de 50,0 a 200,0 bilhões de dólares, mas estancam e declinam a partir de 2012/2013. Os produtos primários cresceram ainda mais rapidamente, com liderança das cadeias agroindustriais e minerais, mas também desaceleraram e declinam desde 2013 – (Tabela 1).

A diferença significativa tem a ver com a natureza atual da ligação externa das cadeias agroindustriais, ora inseridas numa função de provisão de excedentes de divisas no comércio internacional, a que presumivelmente o Setor Industrial e o Setor de Serviços não teriam capacidade de suprir, como de fato se verificou posteriormente.

Mais além dessa diferença internacional e de outra de caráter interno, na articulação política da economia do agronegócio, mais adiante discutida, assiste-se, no geral, a um processo de reestruturação do modelo de “modernização conservadora” da era militar, com a seguinte configuração:

a) Os preços das terras e de arrendamentos rurais, sob influxo do “boom” externo das “commodities” e da política agrícola interna, experimentam nítido movimento de reversão cíclica relativamente ao “período de transição” dos anos 90, que fora baixista<sup>3</sup>.

b) Reconstituiu-se o crédito bancário rural sob a égide do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em associação com políticas de sustentação de preços, como principais instituições financeiras e comerciais de fomento à atividade agropecuária. Provisão de crédito

<sup>2</sup> Ver uma análise empírica do movimento da “primarização” do comércio exterior no decorrer dos anos 2000, em: DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012. 142 p. (Estudos rurais). P. 93-97.

<sup>3</sup> Ver análise comparativa do mercado de terras nos dois ciclos considerados em: DELGADO, G.C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 201. 142 P. (Estudos Rurais), p. 97-102.

**Tabela 1** – Taxas de incremento médio anual do Produto Interno Bruto – PIB e das exportações do ciclo da economia do agronegócio Brasil – períodos: 2000/2003, 2004/2008, 2009, 2010-2011 e 2012-2013.

Períodos	Taxas de incremento médio anual (média simples)			
	Produto Interno Bruto – PIB			Exportações (US\$ correntes)
	Geral	Agrícola	Industrial	
2000-2003	2,35	5,25	1,92	11,25
2004-2008	4,84	3,70	4,32	22,18
2009	(-) 0,10	(-) 0,30	(-) 5,60	(-) 22,71
2010-2011	5,70	1,25	1,70	29,39
2011	3,90	5,60	4,10	26,80
2012-2013	2,90	2,65	0,75	(-) 2,64

**Fonte:** Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2005-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Contas nacionais, n. 34); e Sistema de Contas Nacionais Brasil 2010-2013 (Contas Nacionais n. 46) – Rio de Janeiro IBGE - 2015

público e subvenções fiscais à política agrícola voltam à agenda dos “Planos de Safra” da agricultura nos últimos doze anos<sup>4</sup>.

c) As cadeias agroindustriais avançam significativamente na provisão de meia dúzia de “commodities” fortemente demandadas na primeira década – soja, milho, carnes, celulose de madeira, açúcar, álcool, etc., a que se somam, fora da agricultura, os minerais e o petróleo bruto.

d) Amplia-se a “área de lavouras” entre os dois períodos censitários

<sup>4</sup> Ver análise empiricamente detalhada do relançamento do SNCR e da política agrícola em : DELGADO, G.C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012. 142 P. (Estudos rurais). P. 102-107.

1996-2006 em cerca de 43,0 % e a utilização do pacote técnico oriundo da “Revolução Verde” é intensificado.

e) Organizou-se internamente um pacto de poder, com característica de hegemonia pelo alto - a grande propriedade, as cadeias agroindustriais e o Estado, distinto da articulação estruturada no período militar.

As três primeiras características – mudanças nos ciclos de crédito público, preços das terras e produção agroindustrial, são comuns ao período militar, ainda que com algumas nuances. O SNCR volta a ser o lugar privilegiado à provisão do crédito à agricultura, sob controle dos bancos e não dos intermediários comerciais. Esse reforço à função financiadora do SNCR é alimentado por política monetária específica<sup>5</sup>, recalibrada relativamente àquilo que se praticara nos primórdios do sistema.

Por sua vez, os preços das terras voltam a crescer no ritmo dos ativos financeiros mais valorizados, situação também comum ao período militar. E finalmente as principais cadeias agroindustriais operantes nos mercados de “commodities” crescem à taxas extraordinárias, acima do ritmo das exportações totais entre 2000 e 2010, que quadruplica.

As duas últimas características mencionadas nos itens ‘d’ e ‘e’ demarcam distinções importantes com relação ao estilo de estruturação da política agrícola/agrária do período militar. Destaco esta última (tópico ‘e’), em primeiro lugar.

A economia do agronegócio que se reestrutura nesse período assemelha-se à imagem e semelhança de um projeto de hegemonia política, distinto daquilo que fora no período militar. Apóia-se na captura e exploração das “vantagens comparativas naturais” da agropecuária no comércio internacional, mas é também uma estratégia de economia política que busca forjar consenso organizado no Estado e na sociedade, com algumas novidades em termos de articulação política e ideológica, a saber:

- Constitui uma bancada ruralista ativa, com ousadia para construir leis casuísticas do seu interesse e também desconstruir regras constitucionais que limitam o direito de propriedade privada.

- Articula uma associação de “agrobusiness” ativa para mover os meios

<sup>5</sup> O Crédito Rural Bancário na década inicial dos anos 2000 cresce ao ritmo de 9,5% a.a. em termos reais (2001-2010), alimentada por provisão de fundos públicos – ‘exigibilidade sobre depósitos à vista’, Fundos Fiscais e subvenções à Caderneta de Poupança Rural.

de propaganda e “marketing” com objetivo de ideologizar o agronegócio na percepção popular.

- Influencia um grupo de mídias nacionais e locais, sistematicamente identificadas com a formação ideológica explícita em defesa de uma noção difusa de agronegócio.

- Articula uma burocracia ativa (SNCR) na expansão do crédito público – produtivo (agropecuário) e agroindustrial e também comercial, acrescido de uma ação específica para expandir e centralizar capitais vinculados às cadeias do agronegócio, também com recursos públicos (BNDES).

- Realiza forte cooptação de círculos acadêmicos impregnados pelo discurso empirista do agronegócio e completamente avessos ao pensamento crítico.

Por último, sobre a característica da ampliação de utilização do pacote técnico de insumos e bens de capital industriais (NPK, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas e produtos veterinários principalmente), há evidência de forte ampliação da demanda por “insumos modernos”, na década 2000, mas essa evidência está também contaminada pela elevação significativa das importações de insumos agropecuários<sup>6</sup> e do declínio relativo da provisão industrial interna. Essa condição, a se manter e até mesmo aprofundar as importações de insumos agrícolas, desvincula, de certa forma, a integração técnica da agricultura com a indústria, como ocorrera no período militar. Mas é característica do funcionamento atual de economia do agronegócio.

Em síntese, a economia do agronegócio cresce fortemente na década, rearticulando as cadeias agroindustriais, o sistema de crédito e o mercado de terras, puxados pela demanda externa de “commodities” e pelo peculiar arranjo de política agrária adotado no período. Detém papel protagônico no comércio exterior, a ponto de funcionar como principal subsistema responsável pela reversão do desequilíbrio externo na primeira metade dos anos 2000.

Por outro lado, a economia do agronegócio - na acepção de economia política que estamos utilizando, já revela sinais de crise cíclica. Pelo lado econômico há sinais visíveis de desaceleração da demanda externa de

<sup>6</sup> Segundo dados organizados pelo Departamento de Agricultura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP (Departamento do Agronegócio - DEAGRO), utilizando dados das estatísticas oficiais de comércio exterior (Secretaria de Comércio Exterior - Secex), as importações de insumos agropecuários selecionados (fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas e produtos veterinários) cresce de uma média de 11,1 bilhões de dólares no biênio 2007/2009 para 18,6 bilhões no biênio 2010/2012. Fertilizantes e agrotóxicos são os principais itens da dependência externa. Ver: *ESTATÍSTICAS de importação de insumos agropecuários*. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Departamento de Agronegócio – DEAGRO, 2013. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/FIESP/drt2314>. Acesso em: set. 2014.

“commodities”, comparativamente ao ritmo da primeira década. Pelo lado social, há evidência de articulação de forças políticas da agricultura familiar, excluídas do modelo de expansão do agronegócio, tendo em vista novos arranjos de política agrária, susceptíveis de limitar a completa liberdade do capital financeiro na agricultura.

Mas do ponto de vista da demarcação do período histórico, a primeira década do século e provavelmente parte desta segunda são de plena hegemonia de uma economia do agronegócio, com o perfil de econômica política que se caracteriza neste texto.

Os elementos de crise do modelo são sinais muito recentes, não possibilitando dados suficientes para análise histórica.

Pode-se, contudo, interpretar que o principal esteio de sustentação macroeconômica da estratégia do agronegócio - as exportações, não revelam capacidade de provisão ao equilíbrio externo, haja vista a persistência e aprofundamento do déficit em Conta Corrente com o exterior nos últimos cinco a oito anos – 2008/2012; e ainda mais grave no período recente, de 2013-2015.

## **Desenvolvimento econômico e economia ecológica: contradição ou mudança de paradigma**

A tese simples e direta do desenvolvimento econômico da agricultura com sustentabilidade ambiental contém uma espécie de contradição performativa original, que se revela quando se confrontam com os próprios conceitos causais principais – a inovação econômica como fonte de elevação da produtividade do trabalho, e a mudança ao paradigma da economia ecológica, ou se quisermos da – “inovação ecológica”. Ainda não vou tratar, por enquanto, de um terceiro elemento fundamental da “agricultura e sociedade que queremos”, que também não está pressuposto no desenvolvimento econômico da agricultura capitalista – a equidade social. Vou me concentrar nas condições de possibilidade do desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental, pressuposto à mudança do modelo da economia do agronegócio vigente nos mercados estruturados, como o caracterizamos na seção anterior. O enfoque da equidade pressupõe, sem demonstrar, que a introdução da mudança ao paradigma ecológico é viável e consistente com melhorias na igualdade social. Igualmente relevante seria revisitar as teorias do desenvolvimento ou da superação do

subdesenvolvimento de Celso Furtado<sup>7</sup>, que também estão pressupostos, mas não desenvolvidos neste texto.

## **Inovação e as Questões da Sustentabilidade Ambiental Segundo o Enfoque da Economia Ecológica**

O conceito original de inovação econômica não se situa no campo das teorias da igualdade social. Isoladamente pode mesmo gerar mais desigualdade social, quando o desenvolvimento ocorrer em sociedade caracterizada por forte dualidade, que é a tese de Celso Furtado, de crítica ao subdesenvolvimento. Mas sob determinadas condições teóricas e de institucionalidade pública, pode-se combinar inovação econômica, que leva à elevação da produtividade do trabalho, com inovação social que leva à melhoria da igualdade e da liberdade humana.

Uma ligação similar pode ser feita à questão da sustentabilidade ambiental. Aqui, contudo, temos novas e mais complexas questões a suscitar: a própria ideia de inovação, sinônimo da elevação da produtividade econômica no âmbito dos mercados e do seu sistema de preços, é questionada neste fundamento.

Em se tratando de exploração direta dos recursos naturais – na agricultura, na mineração, na extração do petróleo ou na hidroeletricidade, atividades que são hoje – chaves no ciclo econômico ora em crise no Brasil, a ideia de inovação produtiva, socialmente equalizadora e ambientalmente sustentável fica muito instigante a ser estudada, mas com toda cautela para não cair na armadilha da contradição performativa. Certamente não será encontrada no polo hegemônico da produção de “commodities”. Mas precisa ser investigada autonomamente.

O tratamento do desenvolvimento com igualdade, no conceito de Amartya Sen (op.cit.), no sentido do ‘desenvolvimento como liberdade’ é compatível com a economia ecológica, mas não é objeto deste texto.

Não tenho a pretensão de expor exaustivamente as várias contribuições da economia ecológica, até porque não cabem nos limites deste texto. Mas uma tese central, de crítica aos fundamentos clássicos da teoria da inovação, tem a ver com o conceito de produtividade, segundo quatro critérios, interligados: 1) - reversibilidade da inovação e do próprio conceito de produtividade

<sup>7</sup> Para uma síntese da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado – ver “Introdução ao Desenvolvimento” – op. cit.

econômica; 2)- sobre o uso de energia aproveitável de baixa entropia; 3) sobre o critério da não depleção de estoques não renováveis de fontes energéticas; 4) da minimização dos custos sociais ou ‘custos invisíveis’ – poluição, degradação, contaminação etc., de recursos naturais<sup>8</sup>.

Estou simplificando a economia ecológica nestes quatro pontos acima destacados com intuito específico de dialogar com a teoria da inovação. Mas este diálogo não está assim proposto, nem exposto no pensamento de Nicholas Georgescu, considerado fundador da economia ecológica. Minha visão é de que como no caso da igualdade, o diálogo é possível, sob certas condições. Nesse sentido, a própria concepção original de inovação precisa se submeter a um processo regulatório externo aos mercados, tendo em vista à garantia das condições de sustentabilidade ambiental, elencadas nesses quatro pontos sintetizadores. Claramente, os agentes da inovação sustentável buscam um conceito de produtividade econômica para uma recombinação de recursos produtivos, com o que os inclui no âmbito apenas formal da concepção original de inovação. Mas essa recombinação persegue outro conceito de produtividade, outro agente empreendedor e uma nova institucionalidade fomentadora e reguladora da inovação. Mas este novo agente não é um empreendedor capitalista concebido à maneira schumpeteriana do início do século XX, confiante no desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, sob bafejo do progresso técnico. Tampouco os novos mercados, as novas matérias primas e os novos produtos podem ser obtidos sob o pressuposto da disponibilidade infinita de recursos naturais. A natureza cósmica tem uma outra configuração na própria teoria ecológica, algo que está ausente na formulação original da teoria do desenvolvimento, bem como em todas as formulações de sentido mercantil dominante.

Em síntese, o desenvolvimento de uma agricultura sustentável ecologicamente requer outra base técnica de produção, que não está integrada aos complexos agroindustriais do presente, nem à lógica mercantil dos custos e benefícios privados. Busca uma ideia força de produtividade autossustentável pelo próprio manejo ecologicamente combinado dos recursos da natureza, no conceito da agroecologia; e compromete-se no produto final com a produção de alimentos saudáveis, isentos de manipulação química do solo e do meio ambiente ao estilo “revolução verde”.

<sup>8</sup> O artigo clássico de Nicholas Georgescu Roegen – “Energia e Mitos Econômicos” de 1972 (op.cit.) expõem com clareza os fundamentos daquilo que depois viria a se constituir em um novo ramo ou talvez uma “revolução científica”, para uma nova concepção de ciência econômica – a economia ecológica.

Mas como a ecologia integral, e particularmente a agroecologia não são pacotes técnicos, mas paradigmas socioculturais em (re) construção, parecem-nos que contém elementos de certa revolução científica e cultural em curso, com forte possibilidade de animar o desenvolvimento alternativo à economia do agronegócio. Isto já vem ocorrendo em escala micro na chamada agricultura ecológica, protagonizada pela Associação Nacional da Agroecologia - (ANA), com múltiplas experiências bem-sucedidas em assentamentos da reforma agrária e agricultores familiares cultores das “sementes crioulos e da biodiversidade”.

Mas como espaço econômico esse segmento agrícola é ainda muito pequeno, enquanto que os grupos mercantis estritos do agronegócio dominam e submetem os espaços rurais às suas lógicas produtivas.

## Conclusão

Sob o prisma de mudança de paradigma técnico, rumo a uma agricultura de “baixa entropia”, e de alimentos saudáveis e sustentáveis ecologicamente, a agricultura do futuro pode estar ensaiando no presente as tendências a seguir, a partir de experiências microcósmicas da agroecologia ou de uma forma mais geral – do paradigma da ecologia integral.

Mas a herança da produtividade mercantil ao estilo das inovações com vistas “à novos mercados, novos produtos com novas combinações de recursos produtivos”, no pressuposto das infinitas possibilidades dos recursos de natureza, que é o paradigma do desenvolvimento capitalista de agricultura desde o Sec. XIX até aos nossos dias, funciona como freio radical à economia ecológica.

Desatar o nó da agricultura e sociedade que queremos passa por arranjos de crise e superação do modelo hegemônico estrito. Os limites físicos deste artigo não me permitem ir além, mas creio que temos elementos de uma disputa por modelos de produtividade completamente distintos e de implicações opostas, com pistas concretas para a “agricultura que queremos”, na linha do programa bioeconômico mínimo desenhado ainda nos primórdios da economia ecológica: produção de energia limpa e de alimentos saudáveis.

## Referências Bibliográficas

Delgado, Guilherme C. - *Do Capital Financeiro na Agricultura à*

**Economia do Agronegócio – Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)** – Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2.012.

Delgado, Guilherme C. –“ Agricultura: Ciclos Econômicos e Crises desde a Segunda Guerra Mundial ao Sec. XXI” in Nelson Senra (Org.) - **Censo Entra em Campo – o IBGE e a História dos Recenseamentos Agropecuários** – Rio de Janeiro, IBGE, 2014 – pp. 359-381.

Furtado, Celso M. – **Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque Histórico Estrutural** – Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra (3ª edição revisada pelo autor), 2.000

Georgesku, Nicholas R. – “Energia e Mitos Econômicos” - **Economia Ensaios** – vol. 19, n. 12, julho de 2005 – Instituto de Economia da Univ. Federal de Uberlândia – MG.

Schumpeter, Joseph A. - **Teoria do Desenvolvimento Econômico** – São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1980.

Sen, Amartya – **Desenvolvimento como Liberdade** – São Paulo, Cia de Letras, 2.000

## LA SITUACIÓN AGRARIA EN LA ARGENTINA ACTUAL: AGRONEGOCIO Y RESISTENCIAS CAMPESINAS E INDÍGENAS

*Juan Wabren<sup>1</sup>*

**Resumen:** En este artículo se describe la situación actual de la agricultura en la Argentina, tomando como base un análisis global del modelo agroindustrial y presentar algunos ejemplos de empresas globales. Por otro lado, se analizan otras alternativas productivas y formas de resistencia social, principalmente por actores y movimientos sociales en el mundo y Argentina. El artículo aborda una variedad de conflictos en los territorios, desde el campesino y la resistencia indígena contra el avance de la agroindustria y en defensa de sus territorios ancestrales y diferentes **lógicas** económicas y productivas del capitalismo. También hay conflictos entre los núcleos de la agroindustria en función de procesos de contaminación o incorporación de plantas modificadas genéticamente, que muestran estas posibles diferencias.

**Palabras-clave:** Agroindustria; Globalización; Campesinos; Resistencia.

**Resumo:** O presente artigo retrata a situação agrária atual na Argentina, tomando-se como base uma análise geral do modelo de agronegócio e apresentando-se alguns exemplos de empresas globais. Por outro lado, existem alternativas produtivas e formas de resistências sociais por parte de distintos atores e movimentos sociais, do mundo e da Argentina. O artigo discute uma diversidade de conflitos nos territórios, a partir da resistência camponesa e indígena contra o avanço do agronegócio e em defesa de seus territórios ancestrais e de lógicas econômicas e produtivas diferenciadas do capitalismo. Existem também disputas entre os núcleos do agronegócio frente a processos de contaminação ou de incorporação de plantas geneticamente modificadas, mostrando essas possíveis diferenças.

**Palavras-chave:** Agronegócio; Globalização; Campesinos; Resistência.

<sup>1</sup> Sociólogo. Doctor en Ciencias Sociales (Universidad de Buenos Aires). Investigador Asistente del CONICET. Coordinador del Grupo de Estudios Rurales-Grupo de Estudios sobre Movimientos Sociales de América Latina (GER-GEMSAL) del Instituto de Investigaciones Gino Germani (UBA) e Investigador del PIDEM-UNSAM.